

DF Programa Social

Unificação dos cadastros sociais

Os técnicos da área social do GDF e da União se reuniram, ontem, pela manhã no gabinete da vice-governadora, Maria de Lourdes Abadia, para discutir a unificação dos programas sociais por meio do cadastro único.

Ficou acertado que o governo local enviará, primeiramente, os dados das 15 mil famílias inscritas no programa Renda Solidariedade (auxílio mensal de R\$ 130,00) para os coordenadores do Bolsa-Família, programa do governo federal que reúne em um só cartão os benefícios do Bolsa-Alimentação (auxílio-mensal entre R\$ 50,00 e R\$ 95,00), do Bolsa-Escola, do Auxílio-Gás e do Fome Zero.

Os dados cadastrais enviados ao governo federal serão checados pela Caixa Econômica Federal (CEF), instituição pagadora dos benefícios da União. Atualmente, apenas 271 famílias recebem o Bolsa-Família.

Elas foram retiradas do cadastro de 3.365 famílias do Bolsa-Alimentação do governo federal. "Com o primeiro corte, esse número foi reduzido para 271 famílias porque estamos atendendo, inicialmente, apenas quem tem renda per capita de até R\$ 50,00 reais", explicou a representante do Ministério da Ação Social, Solange Teixeira.

Solange entregou à secretária-executiva da Agência

de Desenvolvimento Social, Elisa Martins, a lista com o nome das famílias beneficiadas com recursos da União. "Vamos checar esses nomes com os inscritos no Cartão Solidariedade. Se eles já forem beneficiários da União, recebendo R\$ 50,00, por exemplo, o GDF deixará de pagar os R\$ 130,00 e passará a pagar apenas R\$ 80,00, complementando o valor pago pelo governo federal, até chegarmos a R\$ 130,00. Com o que sobrar, estaremos incluindo mais famílias no Renda Solidariedade", explicou Elisa.

A exemplo do que acontece no governo local, a União também está estabelecendo uma checagem entre o cadastro declarado e o cadastro real. No

GDF, os dados cadastrais, quando chegam ao Banco Regional de Brasília, eles são confrontados com a lista dos pensionistas, com o Detran (para verificar se o beneficiário possui automóvel) e com as cadernetas de poupança.

Na Caixa Econômica Federal, os dados são rebatidos com a lista dos beneficiários do INSS e com os dados do Pis/Pasep. "Há empregadas domésticas que não querem perder o benefício e não assinam a carteira de trabalho. Mas contribuem mensalmente com o INSS", contou o técnico da Caixa, Cláudio Rodrigues.

O governo federal está disposto a atender 72 mil famílias no DF, que era o número de

famílias atendidas pelo Bolsa-Escola do governo federal no início deste ano. Atualmente, apenas 69 mil famílias recebem esse benefício. "Não vai mais existir inclusão no bolsa-escola", avisou Solange, técnica do cadastro único. "Todos vão migrar, gradativamente, para o Bolsa-Família". O Bolsa-Escola do governo federal paga R\$ 15,00 por criança regularmente matriculada, até o limite de três filhos por família.

No DF não foi imposto limite de filhos beneficiados por família. "Não podemos dizer: essas crianças vão entrar e essas vão ficar de fora. Temos de atender a todos", justificou a vice-governadora, Maria de Lourdes Abadia.